

Indústrias de mídia e racismo: vidas negras no submundo da sociedade midiaticizada

Industrias mediáticas y racismo: vidas negras en el inframundo de la sociedad mediaticizada

Media industries and racism: black lives in the underworld of mediatized society

Ana Clara Gomes Costa

Mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG), especialista em Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania e graduada em Jornalismo, também pela UFG.

Contato: anaclagc@hotmail.com

Submetido em: 26.10.2020 - Aprovado em: 02.08.2021



Creative Commons



Atribuição



Não Comercial



Compartilhe Igual



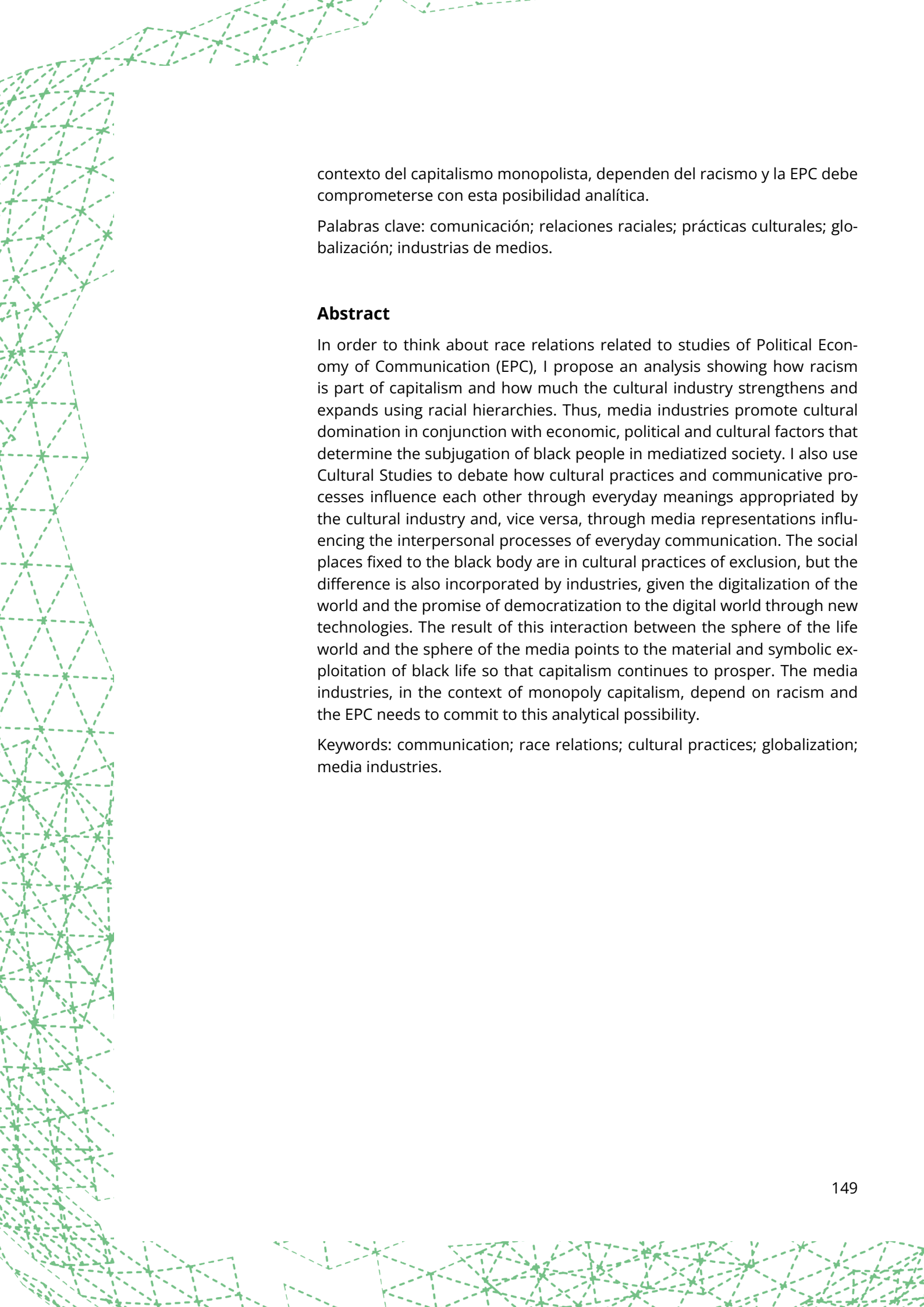
Resumo

Com o objetivo de pensar as relações raciais relacionadas aos estudos da Economia Política da Comunicação (EPC), proponho uma análise evidenciando o quanto o racismo é parte do capitalismo e o quanto a indústria cultural se fortalece e se expande se valendo de hierarquias raciais. As indústrias de mídia promovem, assim, dominação cultural em articulação com fatores econômicos, políticos e culturais que determinam a subjugação de pessoas negras na sociedade midiaticizada. Também utilizo dos Estudos Culturais para debater como práticas culturais e processos comunicativos se influenciam mutuamente por meio de significações do cotidiano apropriados pela indústria cultural e, vice-versa, por meio das representações midiáticas influenciando os processos interpessoais de comunicação do cotidiano. Os lugares sociais fixados ao corpo negro estão nas práticas culturais de exclusão, mas a diferença também é incorporada pelas indústrias, diante da digitalização do mundo e da promessa de democratização ao mundo digital por meio das novas tecnologias. O resultado dessa interação entre a esfera do mundo da vida e a esfera do midiático aponta para a exploração material e simbólica da vida negra para que o capitalismo continue a prosperar. As indústrias de mídia, no contexto do capitalismo monopolista, dependem do racismo e a EPC precisa se comprometer com essa possibilidade analítica.

Palavras-chave: comunicação; relações raciais; práticas culturais; globalização; indústrias de mídia.

Resumen

Para pensar en las relaciones raciales relacionadas con los estudios de Economía Política de la Comunicación (EPC), propongo un análisis que muestre cómo el racismo es parte del capitalismo y cuanto la industria cultural se fortalece y se expande utilizando jerarquías raciales. Las industrias de los medios de comunicación promueven así la dominación cultural en conjunto con factores económicos, políticos y culturales que determinan la subyugación de los negros en la sociedad mediatizada. También utilizo Estudios Culturales para debatir cómo las prácticas culturales y los procesos comunicativos se influyen entre sí a través de significados cotidianos que la industria cultural se apropia y, viceversa, a través de representaciones mediáticas que influyen en los procesos interpersonales de la comunicación cotidiana. Los lugares sociales fijados al cuerpo negro están en prácticas culturales de exclusión, pero la diferencia también está incorporado por industrias, dada la digitalización del mundo y la promesa de democratización del mundo digital a través de las nuevas tecnologías. El resultado de esta interacción entre la esfera del mundo de la vida y la esfera de los medios de comunicación apunta a la explotación material y simbólica de la vida negra para que el capitalismo siga prosperando. Las industrias de los medios, en el



contexto del capitalismo monopolista, dependen del racismo y la EPC debe comprometerse con esta posibilidad analítica.

Palabras clave: comunicación; relaciones raciales; prácticas culturales; globalización; industrias de medios.

Abstract

In order to think about race relations related to studies of Political Economy of Communication (EPC), I propose an analysis showing how racism is part of capitalism and how much the cultural industry strengthens and expands using racial hierarchies. Thus, media industries promote cultural domination in conjunction with economic, political and cultural factors that determine the subjugation of black people in mediatized society. I also use Cultural Studies to debate how cultural practices and communicative processes influence each other through everyday meanings appropriated by the cultural industry and, vice versa, through media representations influencing the interpersonal processes of everyday communication. The social places fixed to the black body are in cultural practices of exclusion, but the difference is also incorporated by industries, given the digitalization of the world and the promise of democratization to the digital world through new technologies. The result of this interaction between the sphere of the life world and the sphere of the media points to the material and symbolic exploitation of black life so that capitalism continues to prosper. The media industries, in the context of monopoly capitalism, depend on racism and the EPC needs to commit to this analytical possibility.


Keywords: communication; race relations; cultural practices; globalization; media industries.

EPC, relações raciais e Estudos Culturais em entrelaces

O ponto de partida que impulsiona esse artigo refere-se à inquietação de se pensar aproximações entre os estudos da Economia Política da Comunicação (EPC) com os estudos das relações raciais. Ao pesquisar vínculos entre esses dois campos de estudo, é possível notar a pouca bibliografia que abrange relações entre os temas, embora exista uma série de possibilidades analíticas das relações raciais permeando intensamente o campo de estudo da EPC. Nesse sentido, proponho, aqui, a busca por pontos de intersecção entre economia, política, comunicação e relações raciais. Algumas questões serão utilizadas como encorajadoras desse debate. De início, quais as possíveis relações entre os estudos de EPC e a lógica da modernidade tardia reafirmando processos de exclusão, como o racismo? Como a máxima da acumulação na dinâmica capitalista se vincula à subjugação do corpo negro nos processos comunicativos, sejam eles midiáticos ou interacionais? Quais as formas mercantis assumidas pela comunicação que contribuem para a manutenção de hierarquias sociais? Como a dimensão econômica do sistema neoliberal se articula à política e à cultura, interferindo na produção simbólica de sentidos que levam à segregação sociorracial?

As questões em torno da compatibilidade entre EPC e racismo são muitas, mas, aqui, serão priorizadas discussões sobre processos de dominação cultural, consumo, normatizações e subjugação da vida negra que nos conduzem a pensar as relações raciais no quadro da sociedade midiaticizada e seu submundo. O termo submundo, nesses escritos, se remete a pensar a sociedade midiaticizada pelo lado oculto, ou seja pela perspectiva das opressões oriundas do processo da comunicação técnico e industrialmente redefinido pela informação, a partir do fenômeno da midiaticização, abordado por Sodré (2006). O submundo da midiaticização é, nesse trabalho, definido como a exclusão e a exploração de vidas negras, tanto em uma perspectiva simbólica, quanto material. O nosso objetivo não é responder, nesse artigo, aos questionamentos propostos, mas problematizá-los, a ponto de provocar, ainda mais, enlaces sobre a forma como o racismo é estrutural na sociedade contemporânea e estruturante das relações sociais junto à lógica do neoliberalismo.

Isso porque o racismo é um processo histórico e político que constrói condições sociais para que grupos racializados sejam identificados e excluídos de forma sistemática, a partir da perspectiva de Almeida (2018). Para o autor, o racismo deve ser pensado como parte da estrutura social, sendo uma forma de manifestação de poder que promove hierarquias sociais, inclusive sobre o direito de quem pode viver. Ele se entrelaça diretamente com o conceito de necropolítica, trazido por Mbembe (2018), que se refere a um exercício de soberania do Estado decidindo sobre o corpo que vive e o corpo que morre. Ou seja, o racismo é uma forma de controle sobre corpos negros e funciona como “dispositivo de poder de sociedades multirraciais nas quais ele opera como um disciplinador, ordenador e estruturador das relações raciais e sociais” (CARNEIRO, 2005, p. 70).



Em paralelo à discussão sobre o racismo como forma de poder e controle social, trago também a perspectiva de Mosco (1996) sobre como a economia política versa sobre as relações de poder. Para ele, a economia política se empenha no estudo das relações sociais, englobando as relações de poder envolvidas nos processos de produção, distribuição e consumo de recursos, incluindo recursos de comunicação. O autor define a economia política, mais ambiciosamente, como o estudo do controle e da sobrevivência na vida social. Ele se refere ao termo **controle** designando a organização dos membros de um grupo social e a dinâmica de adaptação à mudança. Já o termo **sobrevivência**, para ele, se refere ao como as pessoas produzem o que é necessário para reprodução e continuidade social.

Ao vincular a categoria de raça à definição de Mosco sobre a economia política olhando para o controle e para a sobrevivência na vida social, é possível afirmar que o racismo estrutura a manutenção de uma ordem vigente, já que ele pauta hierarquias sociais a partir de um processo constante de subordinação da pessoa negra. Em termos de controle e sobrevivência, isso significa que grupos sociais hegemônicos se ancoram no racismo para que a lógica neoliberal flua e se desenvolva a serviço do capital, enquanto grupos subalternizados vão se adaptando às novas roupagens do racismo e forjando processos de resistência que permitem a sobrevivência do grupo social.

Em outras palavras, a economia política, ao estudar o controle e a sobrevivência na vida social, deve considerar que não há capitalismo sem racismo, já que o sistema político-econômico capitalista não sobrevive sem hierarquias sociais, mantidas pelo submetimento de vidas negras em prol da acumulação. O racismo é, nesse sentido, um sistema de opressão que acompanha as formas que o capitalismo vai tomando. O olhar analítico sobre ele deve considerar, então, as relações estruturais e a desigualdade entre pessoas brancas e negras no presente, muito além de uma análise que invoque a escravidão como explicação para o processo de subordinação da população negra brasileira na atualidade, de acordo com Gonzalez e Hasenbalg (1982).

Como um sistema de opressão que é fundado e cresce junto ao capitalismo, o racismo é inseparável dos processos econômicos, políticos e dos rumos capitalistas que o Brasil tomou na sua modernização liberal. Nesse sentido,

[...] houve um progresso econômico, tecnológico, cultural em outras partes e níveis da sua estrutura sem uma modificação que a isso correspondesse na suas relações de produção, ou seja, na sua infra-estrutura. Desta forma, se, de um lado, a sociedade acumula, assimila e dinamiza aquilo que o desenvolvimento material, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou, do outro lado, as relações entre os homens no processo de trabalho continuaram atrasadas e correspondentes a um estágio anterior e inferior ao da estrutura que avançou. (MOURA, 1994, p. 50).

1 Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso: 7 out. 2021.


As relações raciais, que são relações de poder, têm, portanto, uma funcionalidade para a estrutura social do capitalismo. “A raça, como atributo social e historicamente elaborada, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social. Em outras palavras, a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 89).

É nesse sentido que o racismo controla a vida social determinando lugares sociais inferiorizantes às pessoas racializadas. Em linhas gerais, isso significa que a população negra tem piores condições de nível econômico, de educação, de emprego, de saúde, de segurança alimentar e está mais propensa aos índices de mortes violentas, como apresentado no relatório do Atlas da Violência 2021, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)¹ (2021).

Ao mesmo tempo em que o racismo é um dispositivo de controle da vida social operando para que pessoas negras não tenham oportunidades e não ascendam socialmente, ele condiciona a sobrevivência do capitalismo como um sistema-mundo que se sustenta pela exploração dessas mesmas pessoas. Esse sistema-mundo se trata “essencialmente [de] um sistema econômico que determina o comportamento dos principais atores sociais através da lógica econômica da obtenção de lucro, manifestando-se na extração de excedentes e na incessante acumulação de capital à escala mundial” (GROSFOGUEL, 2009, p. 49). Ou seja, pela perspectiva do autor, a noção de raça organiza o mundo de acordo com uma ordem hierárquica entre povos inferiores e povos superiores que funciona como um princípio organizador da divisão internacional do trabalho.

Por exemplo, as diferentes formas de trabalho que se encontram articuladas com a acumulação de capital no âmbito mundial são distribuídas de acordo com esta hierarquia racial; o trabalho coercivo (ou barato) é feito por pessoas não-europeias situadas na periferia, e o “trabalho assalariado livre” situa-se no centro. A hierarquia global das relações entre os sexos também é afetada pela raça: ao contrário dos patriarcados pré-europeus em que todas as mulheres eram inferiores aos homens, na nova matriz de poder colonial algumas mulheres (de origem europeia) possuem um estatuto mais elevado e um maior acesso aos recursos do que alguns homens (de origem não-europeia). (GROSFOGUEL, 2009, p. 52).

Ao incorporar a sensibilidade analítica da racialização como *modus operandi* da vida social, é necessário nos atentarmos para o fato de que o racismo, como braço de toda relação de poder, atravessa a comunicação, assim como ele está presente em todo processo social desde a modernidade. A

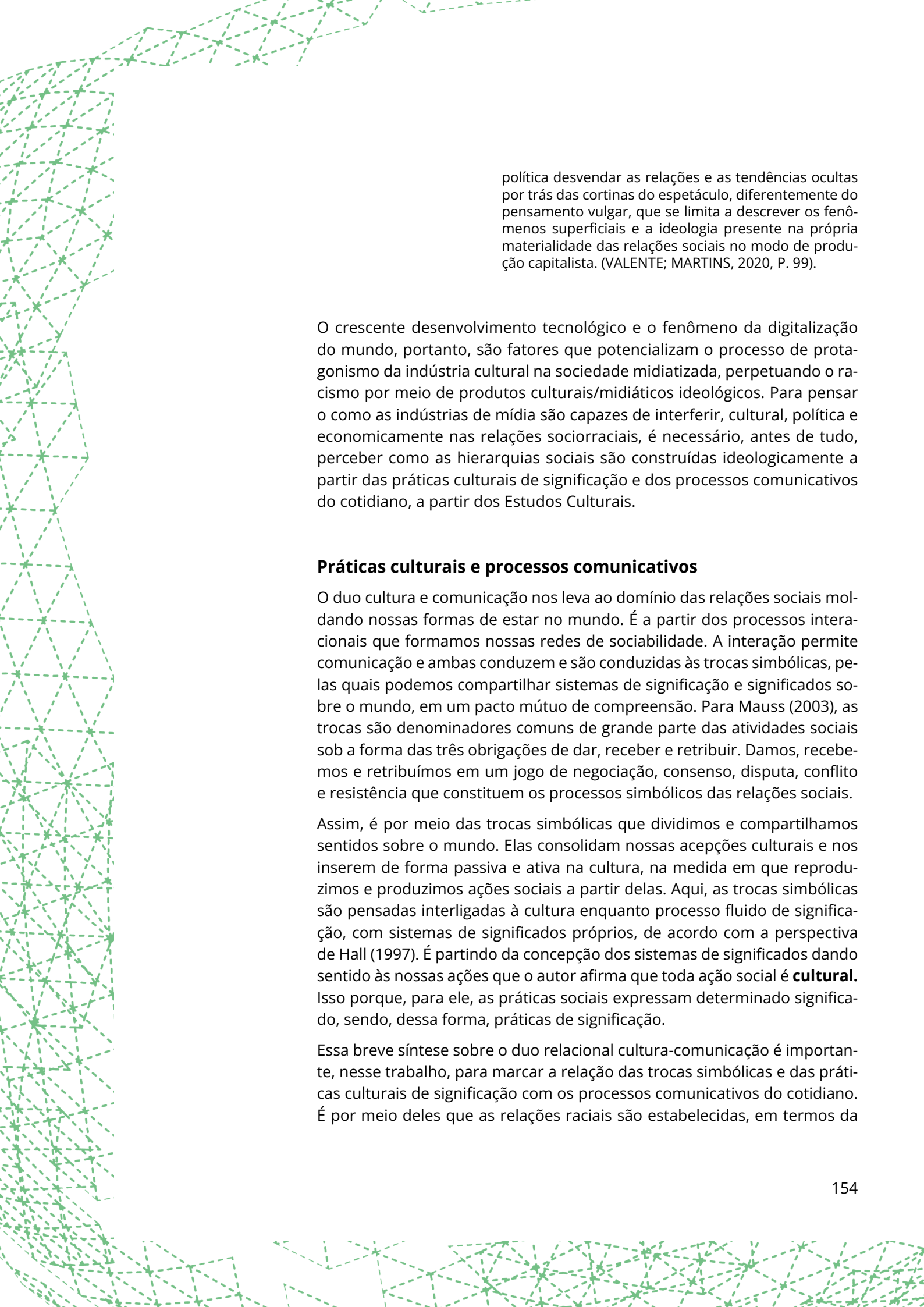


comunicação passa a ser um elemento substancial da política e da economia para determinar a organização da cultura, expressa por hierarquias sociais, nos moldes do capitalismo monopolista, pensando no contexto em que a sociedade midiaticizada tem se configurado. Cada vez mais, o desenvolvimento tecnológico potencializa o crescimento da comunicação e a expansão das indústrias de mídia, que são vetores para que o racismo se fortifique, se difunda e para que a hegemonia de uma ordem dominante continue sendo consolidada.

Nesse debate sobre neoliberalismo e seu profícuo desenvolvimento tecnológico conduzindo as relações de trabalho, o sistema de comunicação e o submetimento de vidas, urge a necessidade de um diálogo possível entre a EPC e os Estudos Culturais, nos guiando para entender como o racismo se consolida por meio da mediação. A EPC vai embasar essa conversa a partir do ponto de vista da indústria cultural/indústria de mídias realizando uma mediação entre cultura e comunicação a serviço do capital. Isso significa perceber o capital atuando na produção de bens simbólicos, segundo Bolaño (2015), de forma a consolidar hierarquias raciais, acrescento. Já o campo dos Estudos Culturais pode nos dar base para compreender a forma de resposta social de grupos subalternizados sobre esse formato de modelo de dominação ancorado no midiático, a partir de processos de resistências. Uma forma de resistência sobre esse modo de mediação da indústria cultural agindo pelo capital ocorre, por exemplo, quando grupos marginalizados se apropriam da tecnologia e das redes sociais para criar referências antirracistas e narrativas midiáticas contra-hegemônicas.

A partir da ideia de **modernização sem mudança** no Brasil trazida por Moura (1994) sobre a conformidade do desenvolvimento capitalista com o aprofundamento das desigualdades sociorraciais, é possível perceber o quanto a tecnologia e o crescimento das indústrias de mídia corroboram com a criação de distâncias sociais entre grupos raciais na população brasileira. Nesse mesmo sentido, caminha o pensamento de Bolaño, ao ser entrevistado para a Revista EPTIC.

O desenvolvimento tecnológico é importante porque abre possibilidades, mas está subordinado ao movimento do capital, que incorpora o trabalho como elemento dominado, no processo de valorização. A tecnologia serve para subsumir o trabalho, para integrá-lo de forma subordinada, crescentemente redundante, mas indispensável, no processo de acumulação capitalista. A tecnologia entra para cumprir essa função e atende a interesses de atores sociais bem determinados. [...] Na nossa perspectiva, o desenvolvimento das forças produtivas é tomado como pressuposto, mas não como elemento determinante em última instância das transformações sociais. [...] Cabe à crítica da economia



política desvendar as relações e as tendências ocultas por trás das cortinas do espetáculo, diferentemente do pensamento vulgar, que se limita a descrever os fenômenos superficiais e a ideologia presente na própria materialidade das relações sociais no modo de produção capitalista. (VALENTE; MARTINS, 2020, P. 99).

O crescente desenvolvimento tecnológico e o fenômeno da digitalização do mundo, portanto, são fatores que potencializam o processo de protagonismo da indústria cultural na sociedade midiaticizada, perpetuando o racismo por meio de produtos culturais/midiáticos ideológicos. Para pensar o como as indústrias de mídia são capazes de interferir, cultural, política e economicamente nas relações sociorraciais, é necessário, antes de tudo, perceber como as hierarquias sociais são construídas ideologicamente a partir das práticas culturais de significação e dos processos comunicativos do cotidiano, a partir dos Estudos Culturais.

Práticas culturais e processos comunicativos

O duo cultura e comunicação nos leva ao domínio das relações sociais moldando nossas formas de estar no mundo. É a partir dos processos interacionais que formamos nossas redes de sociabilidade. A interação permite comunicação e ambas conduzem e são conduzidas às trocas simbólicas, pelas quais podemos compartilhar sistemas de significação e significados sobre o mundo, em um pacto mútuo de compreensão. Para Mauss (2003), as trocas são denominadores comuns de grande parte das atividades sociais sob a forma das três obrigações de dar, receber e retribuir. Damos, recebemos e retribuimos em um jogo de negociação, consenso, disputa, conflito e resistência que constituem os processos simbólicos das relações sociais.

Assim, é por meio das trocas simbólicas que dividimos e compartilhamos sentidos sobre o mundo. Elas consolidam nossas acepções culturais e nos inserem de forma passiva e ativa na cultura, na medida em que reproduzimos e produzimos ações sociais a partir delas. Aqui, as trocas simbólicas são pensadas interligadas à cultura enquanto processo fluido de significação, com sistemas de significados próprios, de acordo com a perspectiva de Hall (1997). É partindo da concepção dos sistemas de significados dando sentido às nossas ações que o autor afirma que toda ação social é **cultural**. Isso porque, para ele, as práticas sociais expressam determinado significado, sendo, dessa forma, práticas de significação.

Essa breve síntese sobre o duo relacional cultura-comunicação é importante, nesse trabalho, para marcar a relação das trocas simbólicas e das práticas culturais de significação com os processos comunicativos do cotidiano. É por meio deles que as relações raciais são estabelecidas, em termos da

2 Moscovici (2003) e Jodellet (2001).

3 Rincón (2016).

4 SODRÉ, Muniz. Uma lógica perversa de lugar. **Revista Eco-pós**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, 2018. p. 9-16.


5 GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

construção de hierarquias sociais. Assim, é por meio dos processos também comunicativos que reproduzimos o racismo, valorizando a vida de pessoas brancas, em detrimento da vida de pessoas negras. Esses processos comunicativos são aqui considerados como fenômeno de mão dupla, em que há compartilhamento de sentidos, ação e resposta. Cada gesto, cada ação e reação, bem como cada pensamento, tem uma dimensão cultural que se alastra seja de maneira pontual pela comunicação face a face, seja de maneira massiva pela comunicação midiática.

Chamo de processo comunicativo toda troca simbólica que se estabelece como troca justamente pela afetação de uma ação, uma vez que esta conduz a uma resposta, mesmo que, por vezes, silenciosa ou despercebida, mas que, em algum momento, se transformará em uma significação, uma nova ação ou expressão simbólica. Uma ilustração que deixe mais palpável a nossa discussão sobre processos comunicativos é em relação às representações sociais² sobre o corpo negro. Tais representações geralmente associam, tanto de forma midiática, quanto de forma interacional - no sentido do popular, do vivido³ -, o corpo negro masculino ao banditismo e o corpo negro feminino à sexualização e ao trabalho doméstico pelos processos comunicativos do dia a dia. O corpo negro está, nas acepções culturais ocidentais, sempre vinculado a uma marginalidade, a um patamar inferiorizado da vida. As representações sociais coadunam com a sistemática do racismo estrutural já que se constituem como exclusão simbólica que determina **a lógica perversa do lugar** – citando o título de um artigo de Sodrê (2018)⁴ – para, assim, determinar qual é o **lugar de negro** – citando o título do livro de Gonzalez e Hasenbalg (1982)⁵.

Se partimos do entendimento de que os meios de comunicação não apenas repassam as representações sociais sedimentadas no imaginário social, mas também se instituem como agentes que operam, constroem e reconstroem no interior da sua lógica de produção os sistemas de representação, levamos em conta que eles ocupam posição central na cristalização de imagens e sentidos sobre a mulher negra. (CARNEIRO, 2003, p. 125).

É possível perceber, nesse sentido, o quanto os processos comunicativos interacionais e midiáticos se misturam e se interferem na cristalização de estigmas e estereótipos que prejudicam tanto a identidade racial, quanto o valor social da população negra, ainda de acordo com Sueli Carneiro. Os sentidos do cotidiano, do popular, e os sentidos do midiático se complementam e se retroalimentam enquanto produções de significações que se influenciam mutuamente. As práticas culturais de significação e as representações sociais estão no popular do cotidiano e, também, no midiático. O vivido no cotidiano afeta e influencia o midiático e vice-versa.



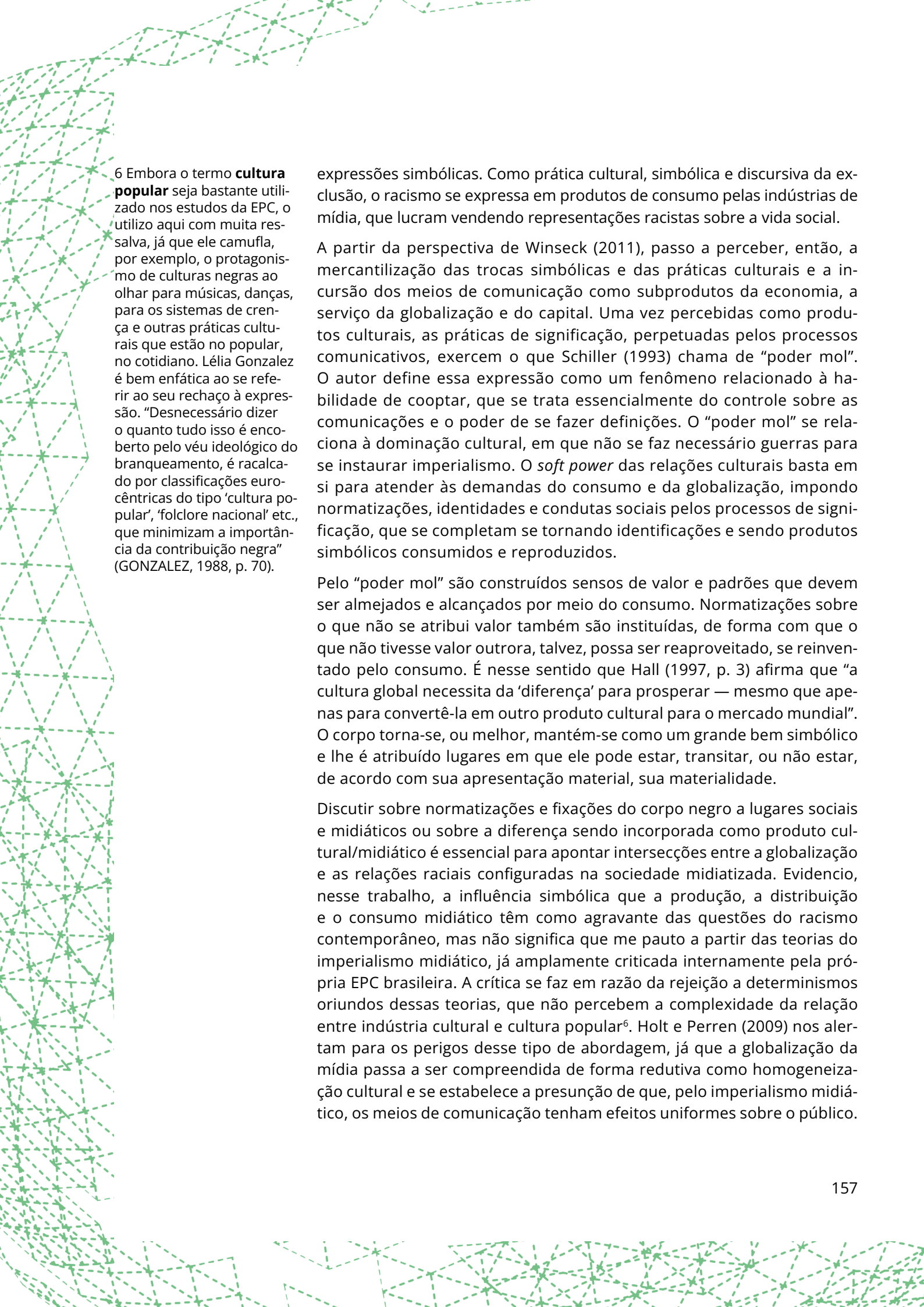
É se apropriando da experiência do popular e do vivido no cotidiano, que a indústria cultural realiza uma mediação entre o mundo da vida e o sistema capitalista, pensando em consonância com Santos (2019). Para a autora, a relação entre o sistema, representado pelo Estado e pelos capitais, e o mundo da vida é essencial para a conquista de audiência e – acréscimo – para a manutenção da hegemonia de uma ordem social fundada a partir das hierarquias sociorraciais.

É no cotidiano que as indústrias de mídia acham sua fonte para a “cultura de massa”, de modo a consolidar um processo de subsunção dessa riqueza, ainda segundo a autora. Isso significa que a mediação da indústria cultural se refere a uma forma de se munir do cotidiano, das acepções sociais, dos valores morais construídos no popular, e coloca-los a serviço do capital. É assim que ela consolida estruturas de subsunção do trabalho, em que a produção cultural e as próprias pessoas que trabalham para viabilizar essa produção cultural servem ao capital. Nesse sentido o capital, significativamente, participa do processo de construção de bens simbólicos e a indústria cultural funciona como instância de mediação característica do capitalismo monopolista, de acordo com Bolaño (2015).

Produtos culturais e dominação cultural: normatizações e racismo

Em meio à sociedade midiaticizada, expressões simbólicas como linguagens, símbolos, imagens, gestos e pensamentos são usadas pela e na comunicação, mas geralmente não são percebidas também em conformidade com as definições convencionais de produtos, de acordo com Winseck (2011). Para o autor, a comunicação e os meios de comunicação fornecem o material que utilizamos para construir nosso senso de identidade, nossas percepções do mundo e, também, nossos laços sociais. Os processos comunicativos são, dessa forma, a fonte de convívio e a base sobre a qual as sociedades estão organizadas, ainda segundo a perspectiva de Winseck.

Por meios dos processos comunicativos, assimilamos muito sobre hierarquias sociais. Dessa forma, podemos reproduzir, nas nossas ações de comunicação, sentidos perversos relacionados ao que aprendemos sobre a exclusão do corpo negro e a concepção colonialista da inferioridade atribuída à vida negra. Para Sodr  (2018, p. 10), “sem o corpo, o racismo   inconcebível”.   por meio do controle social do corpo que as rela es raciais se manifestam. O racismo   uma dessas formas de exclusão social que se concebeu como condi o histórica estrutural e estruturante de violência e subjug o do corpo negro, fixado em um *locus* social da inferioridade diante de uma branquitude tida como ideal normativo. Ainda de acordo com Sodr  (2018), o racismo se infiltra sob o formato do valor eurocêntrico, visto como pleno e universal. Nesse sentido, processos de exclusão e a es de hierarquiza o social operam como práticas culturais que habitam as



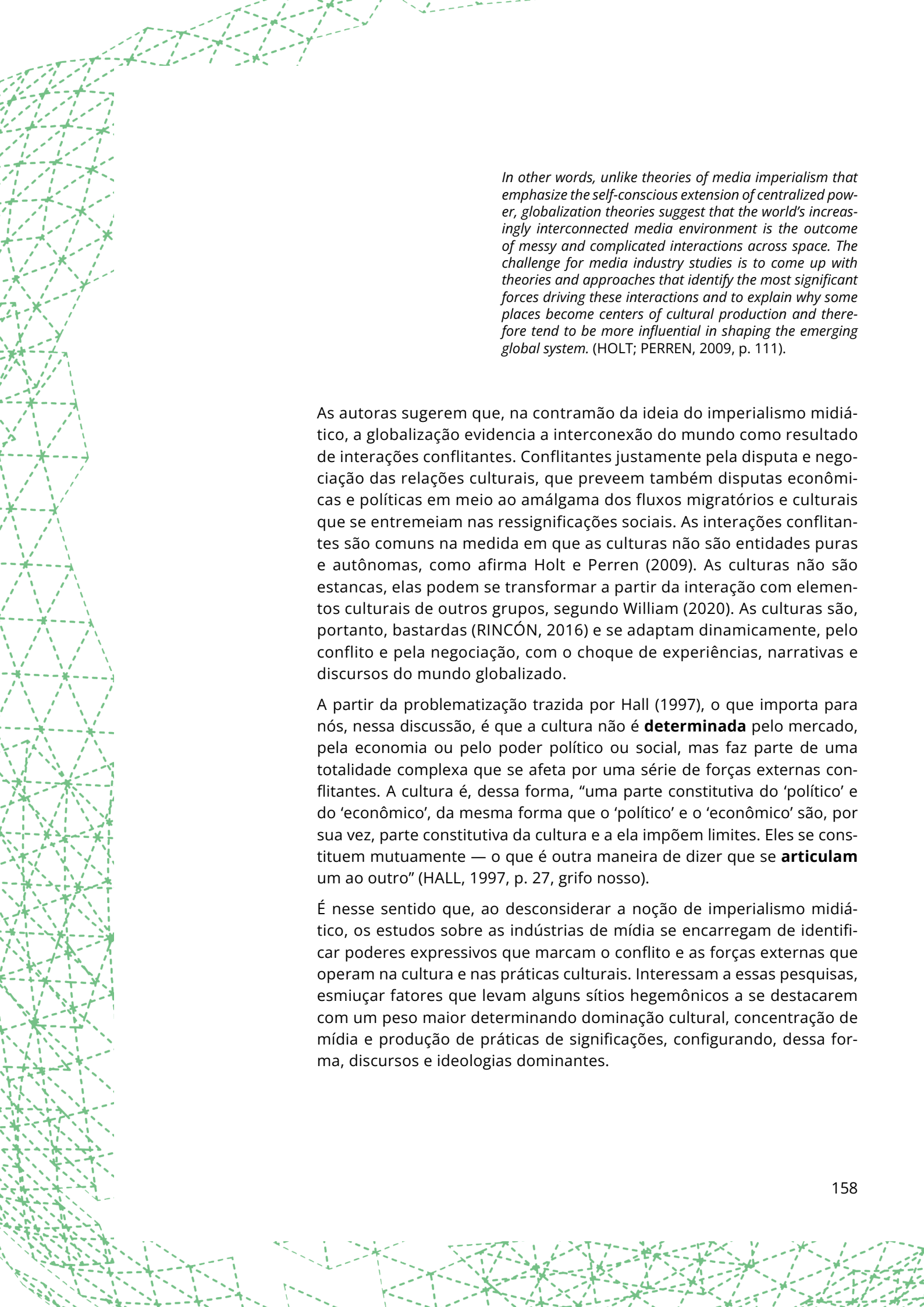
6 Embora o termo **cultura popular** seja bastante utilizado nos estudos da EPC, o utilizo aqui com muita ressalva, já que ele camufla, por exemplo, o protagonismo de culturas negras ao olhar para músicas, danças, para os sistemas de crença e outras práticas culturais que estão no popular, no cotidiano. Lélia Gonzalez é bem enfática ao se referir ao seu rechaço à expressão. “Desnecessário dizer o quanto tudo isso é encoberto pelo véu ideológico do branqueamento, é racalçado por classificações eurocêntricas do tipo ‘cultura popular’, ‘folclore nacional’ etc., que minimizam a importância da contribuição negra” (GONZALEZ, 1988, p. 70).

expressões simbólicas. Como prática cultural, simbólica e discursiva da exclusão, o racismo se expressa em produtos de consumo pelas indústrias de mídia, que lucram vendendo representações racistas sobre a vida social.

A partir da perspectiva de Winseck (2011), passo a perceber, então, a mercantilização das trocas simbólicas e das práticas culturais e a incursão dos meios de comunicação como subprodutos da economia, a serviço da globalização e do capital. Uma vez percebidas como produtos culturais, as práticas de significação, perpetuadas pelos processos comunicativos, exercem o que Schiller (1993) chama de “poder mol”. O autor define essa expressão como um fenômeno relacionado à habilidade de cooptar, que se trata essencialmente do controle sobre as comunicações e o poder de se fazer definições. O “poder mol” se relaciona à dominação cultural, em que não se faz necessário guerras para se instaurar imperialismo. O *soft power* das relações culturais basta em si para atender às demandas do consumo e da globalização, impondo normatizações, identidades e condutas sociais pelos processos de significação, que se completam se tornando identificações e sendo produtos simbólicos consumidos e reproduzidos.

Pelo “poder mol” são construídos sentidos de valor e padrões que devem ser almejados e alcançados por meio do consumo. Normatizações sobre o que não se atribui valor também são instituídas, de forma com que o que não tivesse valor outrora, talvez, possa ser reaproveitado, se reinventado pelo consumo. É nesse sentido que Hall (1997, p. 3) afirma que “a cultura global necessita da ‘diferença’ para prosperar — mesmo que apenas para convertê-la em outro produto cultural para o mercado mundial”. O corpo torna-se, ou melhor, mantém-se como um grande bem simbólico e lhe é atribuído lugares em que ele pode estar, transitar, ou não estar, de acordo com sua apresentação material, sua materialidade.

Discutir sobre normatizações e fixações do corpo negro a lugares sociais e midiáticos ou sobre a diferença sendo incorporada como produto cultural/midiático é essencial para apontar intersecções entre a globalização e as relações raciais configuradas na sociedade midiaticizada. Evidencio, nesse trabalho, a influência simbólica que a produção, a distribuição e o consumo midiático têm como agravante das questões do racismo contemporâneo, mas não significa que me pauto a partir das teorias do imperialismo midiático, já amplamente criticada internamente pela própria EPC brasileira. A crítica se faz em razão da rejeição a determinismos oriundos dessas teorias, que não percebem a complexidade da relação entre indústria cultural e cultura popular⁶. Holt e Perren (2009) nos alertam para os perigos desse tipo de abordagem, já que a globalização da mídia passa a ser compreendida de forma reduzida como homogeneização cultural e se estabelece a presunção de que, pelo imperialismo midiático, os meios de comunicação tenham efeitos uniformes sobre o público.



In other words, unlike theories of media imperialism that emphasize the self-conscious extension of centralized power, globalization theories suggest that the world's increasingly interconnected media environment is the outcome of messy and complicated interactions across space. The challenge for media industry studies is to come up with theories and approaches that identify the most significant forces driving these interactions and to explain why some places become centers of cultural production and therefore tend to be more influential in shaping the emerging global system. (HOLT; PERREN, 2009, p. 111).

As autoras sugerem que, na contramão da ideia do imperialismo midiático, a globalização evidencia a interconexão do mundo como resultado de interações conflitantes. Conflitantes justamente pela disputa e negociação das relações culturais, que preveem também disputas econômicas e políticas em meio ao amálgama dos fluxos migratórios e culturais que se entremeiam nas ressignificações sociais. As interações conflitantes são comuns na medida em que as culturas não são entidades puras e autônomas, como afirma Holt e Perren (2009). As culturas não são estancas, elas podem se transformar a partir da interação com elementos culturais de outros grupos, segundo William (2020). As culturas são, portanto, bastardas (RINCÓN, 2016) e se adaptam dinamicamente, pelo conflito e pela negociação, com o choque de experiências, narrativas e discursos do mundo globalizado.

A partir da problematização trazida por Hall (1997), o que importa para nós, nessa discussão, é que a cultura não é **determinada** pelo mercado, pela economia ou pelo poder político ou social, mas faz parte de uma totalidade complexa que se afeta por uma série de forças externas conflitantes. A cultura é, dessa forma, “uma parte constitutiva do ‘político’ e do ‘econômico’, da mesma forma que o ‘político’ e o ‘econômico’ são, por sua vez, parte constitutiva da cultura e a ela impõem limites. Eles se constituem mutuamente — o que é outra maneira de dizer que se **articulam** um ao outro” (HALL, 1997, p. 27, grifo nosso).

É nesse sentido que, ao desconsiderar a noção de imperialismo midiático, os estudos sobre as indústrias de mídia se encarregam de identificar poderes expressivos que marcam o conflito e as forças externas que operam na cultura e nas práticas culturais. Interessam a essas pesquisas, esmiuçar fatores que levam alguns sítios hegemônicos a se destacarem com um peso maior determinando dominação cultural, concentração de mídia e produção de práticas de significações, configurando, dessa forma, discursos e ideologias dominantes.



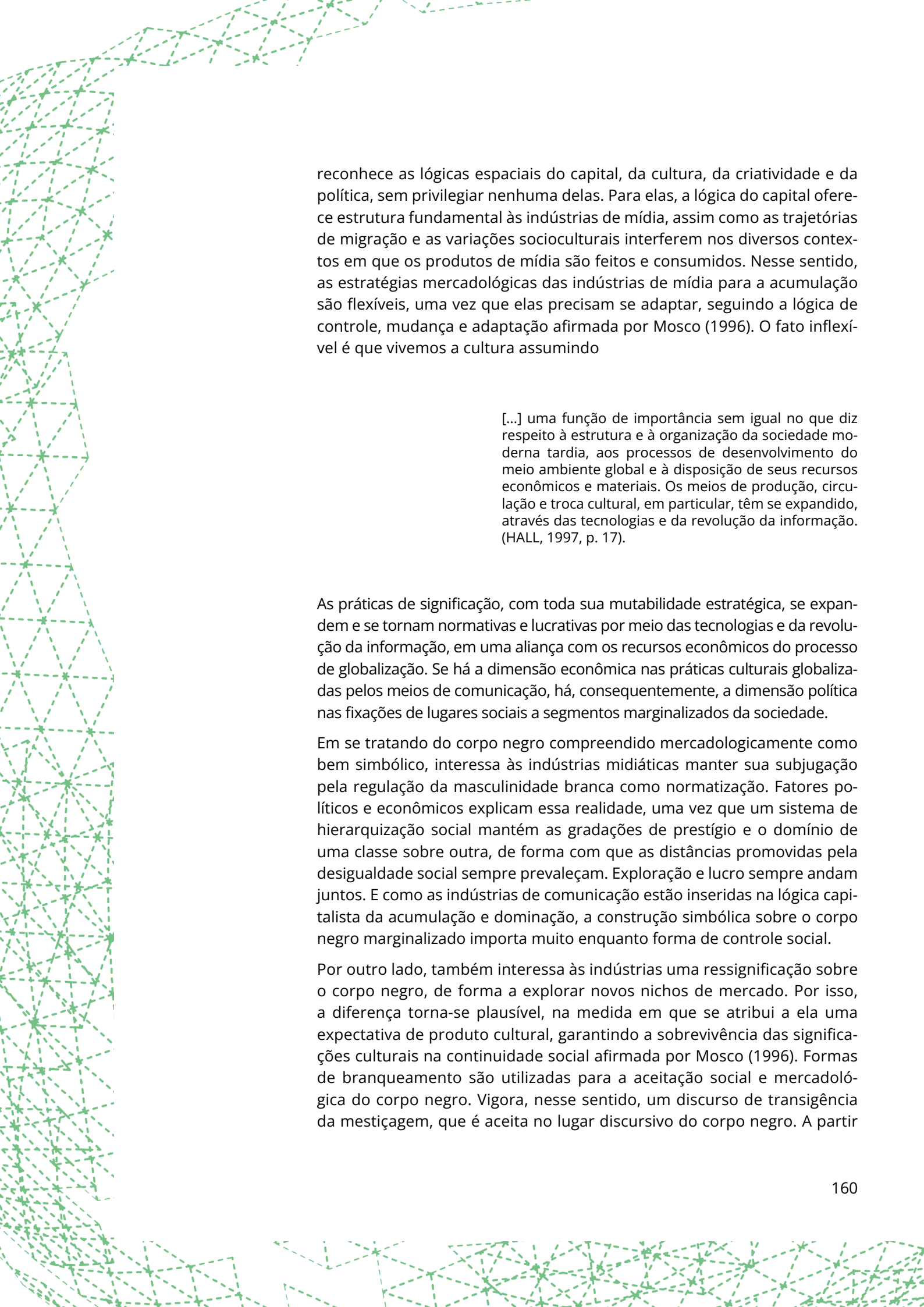
Indústrias de mídia, consumo e mercantilização da diferença

No epicentro da globalização e da sociedade midiaticizada, há uma relação intrínseca entre cultura e poder, em que mercado, economia e política exercem um peso sobre a regulação das nossas condutas a partir dos significados culturais, de acordo com Hall (1997). Para o autor, quanto mais central a cultura se torna, mais significativas são as forças que a moldam e a regulam, exercendo um poder explícito em relação à vida cultural. Sobre essa potencialidade de dominação a partir do processo histórico de formação do Brasil, Gonzalez (1988) aponta uma “reprodução inconsciente da posição imperialista dos Estados Unidos, que afirmam ser ‘A AMÉRICA’. Afinal, o que dizer dos outros países da AMÉRICA do Sul, Central, Insular e do Norte? [...] E nós, o que somos, asiáticos?” (GONZALEZ, 1988, p. 76). A crítica da autora se refere ao processo de dominação cultural, econômico, político, territorial etc. **norteado** sempre por certa dependência do capital internacional ao longo da formação do Brasil, perspectiva que embasa também o pensamento de Moura (1994).

No quadro contemporâneo, a centralidade da cultura depende dos processos tecnológicos da comunicação e da globalização, que potencializam a dominação cultural, econômica, política em um nível macro, instituindo o racismo como processo ideológico que garante a hegemonia de uma ordem social.

O racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura. (GONZALEZ, 1988, p. 73).

Essa constatação nos encoraja a pensar no quanto o capitalismo se fortalece fragmentando identidades e instituindo hierarquias sociorraciais. É assim que o capital segue moldando os contornos espaciais da mídia, na dinâmica da dominação cultural e das indústrias de mídia. Para Holt e Perren (2009), as indústrias de mídia são conduzidas pela lógica da acumulação, pelas trajetórias de migração criativa e pelas forças de variação cultural. É, portanto, o capital da mídia que impulsiona a dominação cultural na sociedade midiaticizada. Segundo as autoras, capital da mídia é um conceito que




reconhece as lógicas espaciais do capital, da cultura, da criatividade e da política, sem privilegiar nenhuma delas. Para elas, a lógica do capital oferece estrutura fundamental às indústrias de mídia, assim como as trajetórias de migração e as variações socioculturais interferem nos diversos contextos em que os produtos de mídia são feitos e consumidos. Nesse sentido, as estratégias mercadológicas das indústrias de mídia para a acumulação são flexíveis, uma vez que elas precisam se adaptar, seguindo a lógica de controle, mudança e adaptação afirmada por Mosco (1996). O fato inflexível é que vivemos a cultura assumindo

[...] uma função de importância sem igual no que diz respeito à estrutura e à organização da sociedade moderna tardia, aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e à disposição de seus recursos econômicos e materiais. Os meios de produção, circulação e troca cultural, em particular, têm se expandido, através das tecnologias e da revolução da informação. (HALL, 1997, p. 17).

As práticas de significação, com toda sua mutabilidade estratégica, se expandem e se tornam normativas e lucrativas por meio das tecnologias e da revolução da informação, em uma aliança com os recursos econômicos do processo de globalização. Se há a dimensão econômica nas práticas culturais globalizadas pelos meios de comunicação, há, conseqüentemente, a dimensão política nas fixações de lugares sociais a segmentos marginalizados da sociedade.

Em se tratando do corpo negro compreendido mercadologicamente como bem simbólico, interessa às indústrias midiáticas manter sua subjugação pela regulação da masculinidade branca como normatização. Fatores políticos e econômicos explicam essa realidade, uma vez que um sistema de hierarquização social mantém as gradações de prestígio e o domínio de uma classe sobre outra, de forma com que as distâncias promovidas pela desigualdade social sempre prevaleçam. Exploração e lucro sempre andam juntos. E como as indústrias de comunicação estão inseridas na lógica capitalista da acumulação e dominação, a construção simbólica sobre o corpo negro marginalizado importa muito enquanto forma de controle social.

Por outro lado, também interessa às indústrias uma ressignificação sobre o corpo negro, de forma a explorar novos nichos de mercado. Por isso, a diferença torna-se plausível, na medida em que se atribui a ela uma expectativa de produto cultural, garantindo a sobrevivência das significações culturais na continuidade social afirmada por Mosco (1996). Formas de branqueamento são utilizadas para a aceitação social e mercadológica do corpo negro. Vigora, nesse sentido, um discurso de transigência da mestiçagem, que é aceita no lugar discursivo do corpo negro. A partir



7 A autora Gloria Jean Watkins, conhecida pelo pseudônimo de Bell Hooks, traz ao codinome a inspiração no nome de sua avó materna e dá preferência à escrita em minúsculo, de forma a confrontar convenções linguísticas e acadêmicas.

8 Essa é uma afirmação com muitas ressalvas, visto que artistas como Beyoncé são absorvidas pelo mercado a partir do corpo negro feminino sensual como marca inicial de suas trajetórias midiáticas, para depois incorporarem o discurso do feminismo e do empoderamento.


dessa ótica, por exemplo, o Brasil consegue exportar midiaticamente a imagem da mulata sensual, como símbolo da brasilidade. Essa significação cultural é sobre o corpo e sobre ele como mercadoria, de acordo com Hooks (2016)⁷. Para ela, desde a escravidão, corpos de mulheres negras têm sido mercantilizados, vendidos e comprados.

Assim, diante do surgimento de atores políticos que potencializam debates sobre raça, gênero e classe na era da digitalização e das redes sociais, as indústrias de mídia têm se forçado a se adaptar às diferenças que a internet traz sob a forma de novos agentes de produção de conteúdo e de novos públicos codificados. O sujeito é ressignificado para ganhar sua própria agência, desde outros lugares culturais, políticos e sociais, de acordo com Rincón (2016). A realidade de novas agências a partir da diferença, entretanto, é bem limitada, já que acontece no ambiente de hegemonia da internet. Nesse entremeio entre novos atores políticos e o interesse comercial das indústrias de mídia, surgem figuras como a cantora Beyoncé e a rapper Karol Conká. Ambas incorporam a diferença demandada por um ativismo político e midiático sobre o corpo negro feminino, sobre feminismos e sobre representatividade negra. Embora seja um grande passo a visibilidade midiática conquistada e concedida a personalidades negras e a importância do aumento da presença de mulheres negras sem relação só com a hipersexualização⁸, é necessário ponderarmos que a diversidade e a diferença vêm sendo englobadas pela indústria como novos tipos de produtos culturais.

Embora significativo o agenciamento individual de pessoas negras surgindo como ícones midiáticos em um papel de politização, ele ainda é limitado e pouco expressivo, diante da imensidão de poder das indústrias de mídia. Santos (2016) alerta sobre o possível vínculo que tendemos a fazer entre o aumento da diversidade incorporada nos produtos midiáticos sendo relacionada à ideia de transformação da comunicação, por meio de uma possível democratização de falas. Para a autora, é preocupante pensarmos que cada usuário das novas tecnologias pode se tornar um emissor.

Esta assertiva não é problemática apenas pela ideia de conexão generalizada, sobre a qual já há o consenso de que não observa os diferentes níveis de acesso às tecnologias na esfera mundial. Mais preocupante é a noção de democracia ou ciberdemocracia defendida. As sociedades, sem a edição do conteúdo pautado pelas mídias tradicionais, teriam maiores possibilidades de livrar-se das relações de opressão/discriminação/exclusão social. (SANTOS, 2016, p. 47-48).

Em concordância com a autora, é perigoso o discurso de ampliação democrática por meio da tecnologia, visto que grande parte da população



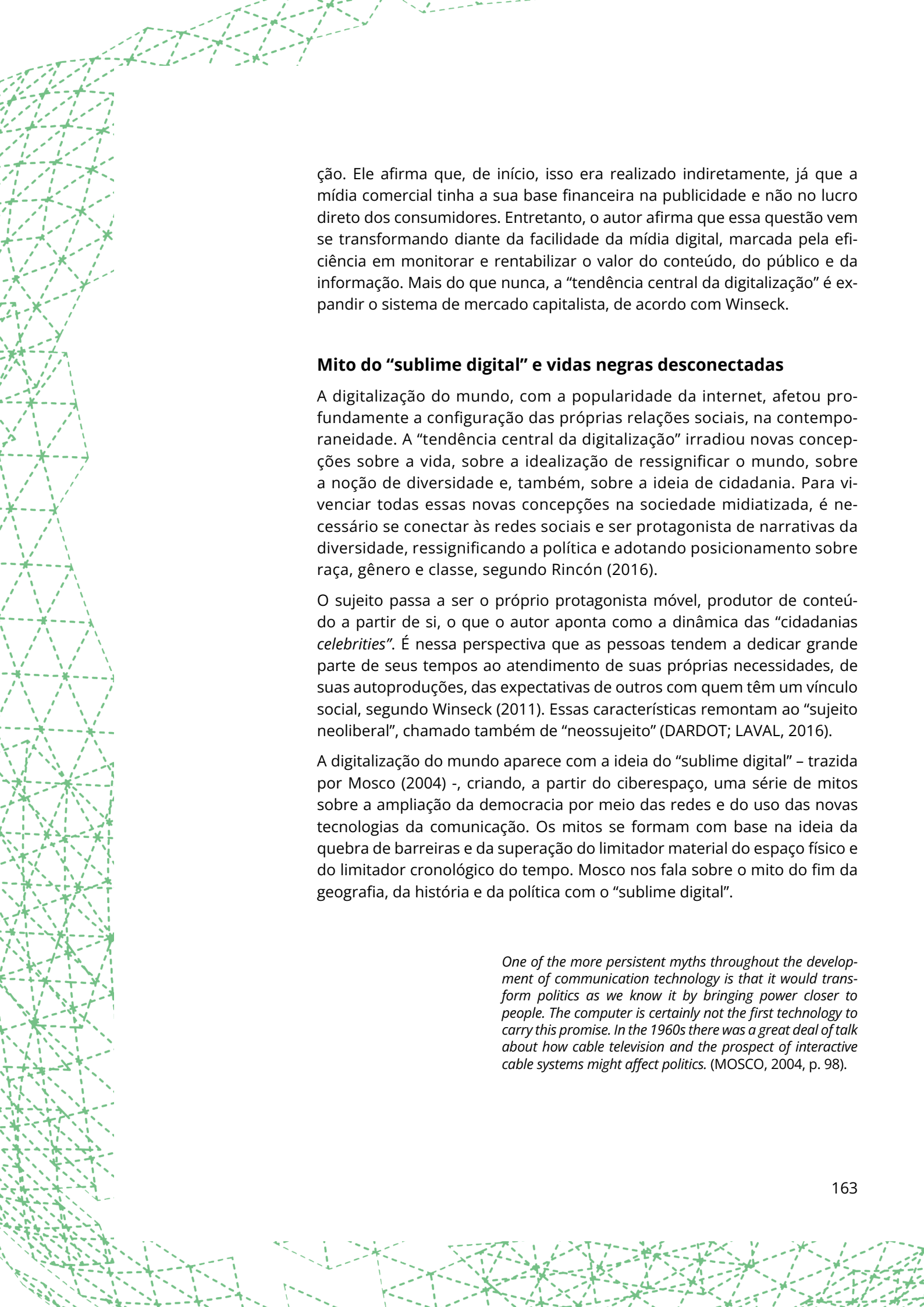
negra brasileira continua excluída do acesso à internet e/ou do acesso a computadores. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020) sobre o tema complementar **Tecnologia da Informação e Comunicação**, referente ao ano de 2018, apenas 48% da população indígena, 55% das pessoas pretas e 57% das pessoas pardas acessaram um computador pelo menos uma vez na vida. A pesquisa, publicada em 2020, ainda mostra que, a cada quatro pessoas, uma não tem acesso à internet no Brasil, o que representa cerca de 46 milhões de brasileiros.

Portanto, o agenciamento individual de pessoas negras não significa distribuição de poder de comunicação à coletividade negra. Essa incorporação da diversidade aos produtos midiáticos se configura, na verdade, como uma das modalidades técnicas da tecnologia de vigilância para o aperfeiçoamento de operações corporativas, de acordo com Holt e Perren (2009) e pode ser relacionada ao capitalismo de vigilância, conceito utilizado por Zuboff (2018). Esse conceito se refere a um monitoramento societal constante, a partir do uso de tecnologias, que tem como fundamento a acumulação e como princípio o benefício do mercado dominado pelas grandes indústrias de mídia. Para a autora, “essa nova forma de capitalismo de informação procura prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de mercado” (ZUBOFF, 2018, p. 18).

É nesse sentido que as autoras Holt e Perren (2009) sugerem que o capitalismo é mais que um modo de acumulação, já que ele se tornou uma disposição para vigilância e adaptação, buscando integrar novos processos de comercialização. De acordo com Adorno e Horkheimer (1985, p. 113) “o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação”. Por isso, com a disposição de vigilância e adaptação, a mídia cria lugares particulares que valem a pena viver, interfere na identidade dos sujeitos, aumenta a coesão social e fornece espaços para o discurso público, segundo Holt e Perren (2009). Para elas, algumas dessas funções são suportadas pelo mercado e outras não.

Murdock (1990) evidencia o papel que as indústrias de comunicação exercem na organização do mundo simbólico, nas sociedades capitalistas modernas, ligando estruturas econômicas às formações culturais. Ele problematiza o fato de um sistema produtivo enraizado na propriedade privada ser associado a um sistema político que pressupõe uma cidadania, baseada na participação social e no alcance da diversidade de informações. A pergunta que o autor deixa no ar é: até que ponto um sistema de comunicação comandado pela propriedade privada pode assegurar diversidade de informações e discursos para uma cidadania efetiva?

Para Winseck (2011), a mídia sempre foi uma empresa importante nas sociedades capitalistas, servindo para otimizar os processos de mercantiliza-



ção. Ele afirma que, de início, isso era realizado indiretamente, já que a mídia comercial tinha a sua base financeira na publicidade e não no lucro direto dos consumidores. Entretanto, o autor afirma que essa questão vem se transformando diante da facilidade da mídia digital, marcada pela eficiência em monitorar e rentabilizar o valor do conteúdo, do público e da informação. Mais do que nunca, a “tendência central da digitalização” é expandir o sistema de mercado capitalista, de acordo com Winseck.


Mito do “sublime digital” e vidas negras desconectadas

A digitalização do mundo, com a popularidade da internet, afetou profundamente a configuração das próprias relações sociais, na contemporaneidade. A “tendência central da digitalização” irradiou novas concepções sobre a vida, sobre a idealização de ressignificar o mundo, sobre a noção de diversidade e, também, sobre a ideia de cidadania. Para vivenciar todas essas novas concepções na sociedade midiaticizada, é necessário se conectar às redes sociais e ser protagonista de narrativas da diversidade, ressignificando a política e adotando posicionamento sobre raça, gênero e classe, segundo Rincón (2016).

O sujeito passa a ser o próprio protagonista móvel, produtor de conteúdo a partir de si, o que o autor aponta como a dinâmica das “cidadanias *celebrities*”. É nessa perspectiva que as pessoas tendem a dedicar grande parte de seus tempos ao atendimento de suas próprias necessidades, de suas autoproduções, das expectativas de outros com quem têm um vínculo social, segundo Winseck (2011). Essas características remontam ao “sujeito neoliberal”, chamado também de “neossujeito” (DARDOT; LAVAL, 2016).

A digitalização do mundo aparece com a ideia do “sublime digital” – trazida por Mosco (2004) -, criando, a partir do ciberespaço, uma série de mitos sobre a ampliação da democracia por meio das redes e do uso das novas tecnologias da comunicação. Os mitos se formam com base na ideia da quebra de barreiras e da superação do limitador material do espaço físico e do limitador cronológico do tempo. Mosco nos fala sobre o mito do fim da geografia, da história e da política com o “sublime digital”.

One of the more persistent myths throughout the development of communication technology is that it would transform politics as we know it by bringing power closer to people. The computer is certainly not the first technology to carry this promise. In the 1960s there was a great deal of talk about how cable television and the prospect of interactive cable systems might affect politics. (MOSCO, 2004, p. 98).



9 Os termos fazem menção ao título da obra *Diferentes, Desiguais e Desconectados: mapas da interculturalidade*, de Canclini, publicada em 2005.

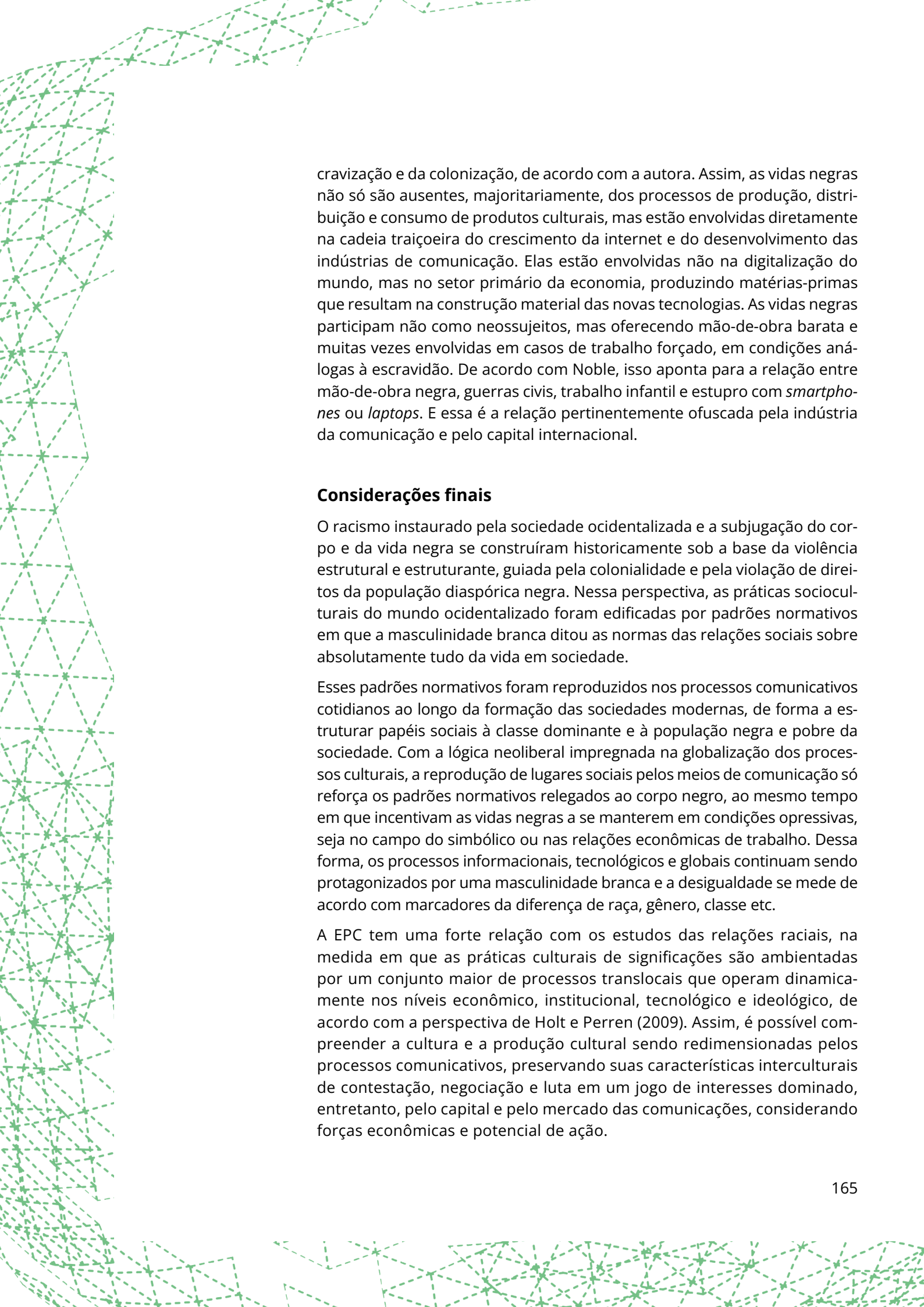
A promessa da transformação da política, sugerida pelo autor como parte preponderante da mitificação sobre as tecnologias da comunicação, se baseia, hoje, na figura do sujeito neoliberal ou neossujeito. Essa concepção nos leva ao questionamento sobre a função social do mito nas sociedades capitalistas. Mas, mais do que isso, nos levam às narrativas neoliberais florescendo como uma panaceia de capacitação e libertação social – segundo Noble (2016) – somente para os neossujeitos. Mas quem são esses sujeitos neoliberais? Certamente, não se enquadram nessa definição aquelas e aqueles que se encontram nas regiões de sombra, no submundo dos vazios onde as telecomunicações não chegam, tampouco educação e nem condições materiais mínimas de sobrevivência, se considerarmos condições extremas de pobreza em que grande parte da população negra do mundo vive.

Segundo Noble (2016), os padrões complexos e globais de capital, que edificam as infraestruturas materiais e possibilitam a revolução da informação e das comunicações, são construídos às custas das vidas negras diaspóricas. A autora explora, de maneira interseccional, as formas como a internet e as infraestruturas da comunicação contribuem para o grande número de condições opressivas enfrentadas pelas pessoas negras nos Estados Unidos e na diáspora africana. Sob a ótica da interseccionalidade, a autora prioriza a análise sobre os sistemas de opressão em múltiplos eixos, no campo de estudo de informação e comunicação. Desde a perspectiva feminista e antirracista, a interseccionalidade se encarrega de um aprofundamento crítico sobre as estruturas de exploração que se cruzam e agem nas vidas negras, sobretudo de mulheres.

Na mitificação das novas tecnologias, predominam visões dominantes e tecnicamente deterministas que ignoram os locais de opressão da conexão e da globalização, sofrida pelos **diferentes, desiguais e desconectados**⁹. A função social do mito, nesse caso, é de manter a hegemonia material e cultural da masculinidade branca operando enquanto segmento dominante das relações de exploração e opressão. É nesse sentido que *“technology discourses normalize white masculinity as a presupposition for the prioritization of resources, content, and design of information and communications technologies”* (NOBLE, 2016, n.p.).

Noble (2016) explicita o objetivo de teorizar sobre uma internet na perspectiva interseccional, para evidenciar que a infraestrutura global das comunicações não é um *locus* de distribuição de comunicações e, muito menos, que é feita de maneira equitativa para todas as pessoas. Para ela, isso implica em condições ambientais e opressivas para a vida negra, já que a internet é um sítio de poder e controle sobre as populações pobres e de cor. Controle esse não só simbólico e discursivo, mas material quando considerada as relações sociorraciais de trabalho no mundo global.

A precariedade econômica e social das vidas negras envolvidas nos processos infraestruturais da comunicação de hoje se vinculam ao legado da es-




cravização e da colonização, de acordo com a autora. Assim, as vidas negras não só são ausentes, majoritariamente, dos processos de produção, distribuição e consumo de produtos culturais, mas estão envolvidas diretamente na cadeia traiçoeira do crescimento da internet e do desenvolvimento das indústrias de comunicação. Elas estão envolvidas não na digitalização do mundo, mas no setor primário da economia, produzindo matérias-primas que resultam na construção material das novas tecnologias. As vidas negras participam não como neossujeitos, mas oferecendo mão-de-obra barata e muitas vezes envolvidas em casos de trabalho forçado, em condições análogas à escravidão. De acordo com Noble, isso aponta para a relação entre mão-de-obra negra, guerras civis, trabalho infantil e estupro com *smartphones* ou *laptops*. E essa é a relação pertinentemente ofuscada pela indústria da comunicação e pelo capital internacional.

Considerações finais

O racismo instaurado pela sociedade ocidentalizada e a subjugação do corpo e da vida negra se construíram historicamente sob a base da violência estrutural e estruturante, guiada pela colonialidade e pela violação de direitos da população diaspórica negra. Nessa perspectiva, as práticas socioculturais do mundo ocidentalizado foram edificadas por padrões normativos em que a masculinidade branca ditou as normas das relações sociais sobre absolutamente tudo da vida em sociedade.

Esses padrões normativos foram reproduzidos nos processos comunicativos cotidianos ao longo da formação das sociedades modernas, de forma a estruturar papéis sociais à classe dominante e à população negra e pobre da sociedade. Com a lógica neoliberal impregnada na globalização dos processos culturais, a reprodução de lugares sociais pelos meios de comunicação só reforça os padrões normativos relegados ao corpo negro, ao mesmo tempo em que incentivam as vidas negras a se manterem em condições opressivas, seja no campo do simbólico ou nas relações econômicas de trabalho. Dessa forma, os processos informacionais, tecnológicos e globais continuam sendo protagonizados por uma masculinidade branca e a desigualdade se mede de acordo com marcadores da diferença de raça, gênero, classe etc.

A EPC tem uma forte relação com os estudos das relações raciais, na medida em que as práticas culturais de significações são ambientadas por um conjunto maior de processos translocais que operam dinamicamente nos níveis econômico, institucional, tecnológico e ideológico, de acordo com a perspectiva de Holt e Perren (2009). Assim, é possível compreender a cultura e a produção cultural sendo redimensionadas pelos processos comunicativos, preservando suas características interculturais de contestação, negociação e luta em um jogo de interesses dominado, entretanto, pelo capital e pelo mercado das comunicações, considerando forças econômicas e potencial de ação.



Hall (1997) afirma que a mídia é uma parte elementar na infraestrutura material das sociedades modernas e um meio fundamental de circulação de ideia e imagens que predominam nas sociedades. Ela “sustenta os circuitos globais de trocas econômicas dos quais depende todo o movimento mundial de informação, conhecimento, capital, investimento, produção de bens, comércio de matéria prima e marketing de produtos e ideias” (HALL, 1997, p. 17). Mas ela também é o eixo central do sistema de comunicações que se dinamiza e se expande com a exploração de vidas negras, no jogo avassalador do controle como opressão e da sobrevivência como única opção às pessoas negras. Um sistema regado por poder, riqueza e privilégios, que, porém, só se sustenta se escorado na exploração de vidas.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BOLAÑO, César. **Campo Aberto**. Para a crítica da epistemologia da comunicação. Aracaju: EDISE, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, set./nov. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008. Acesso em: 25 mar. 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.


GONZALEZ, Lélia. A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Periferia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 41-91, jul./dez. 2009.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HOLT, Jennifer; PERREN, Alisa (ed.). **Media industries**: history, theory, and method. Malden (MA): Wiley-Blackwell, 2009.



HOOKS, Bell. Movimentar-se para além da dor. Tradução: Charô Nunes e Larissa Santiago. **Portal Blogueiras Negras**, 2016. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2016/05/11/movimentar-se-para-alem-da-dor-bell-hooks/>. Acesso em: 30 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**: acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101705>. Acesso em: 5 set. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MOSCO, Vincent. **The political economy of communication**. Londres: Sage, 1996.

MOSCO, Vincent. **The digital sublime**: myth, power, and cyberspace. Londres: The MIT Press, 2004.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução: Pedrinho Guareschi. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MURDOCK, Graham. Redrawing the map of the communications industries: concentration and ownership in the era of privatization. In: FERGUSON, M. (org.). **Public Communication – The New Imperatives**. London: Sage, 1990. p. 1-15.

NOBLE, Safiya Umoja. A future for intersectional black feminist technology studies. **The Scholar & Feminist Online**, 2016. Disponível em: <http://sfonline.barnard.edu/traversing-technologies/safiya-umoj-a-noble-a-future-for-intersectional-black-feminist-technology-studies/>. Acesso em: 10 nov. 2017.

RINCÓN, Omar. O popular na comunicação: culturas bastardas + cidadanias celebrities. Tradução: Ciro Lubliner. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 27-49, 2016.

SANTOS, Suzy dos. **Convergência divergente**: TV aberta na contramão global. João Pessoa: Editora Xeroca, 2016.

SANTOS, Verlane Aragão. Um diálogo com os Estudos Culturais, a partir da EPC. **EPTIC**, São Cristóvão, v. 21, n. 2, p. 93-105, maio/ago. 2019.



SCHILLER, Herbert I. **Cultura \$.A. – La Apropiaçión Corporativa de la Ex-
presión** Pública. Guadalajara: Universidad de Guadalajara/CEIC, 1993.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SODRÉ, Muniz. Uma lógica perversa de lugar. **Revista Eco-pós**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 9-16, 2018.

VALENTE, Jonas; MARTINS, Helena. Plataformas digitais e as mudanças na mediação social sob o viés da Economia Política da Comunicação, Informação e Cultura. Entrevistado: César R. S. Bolaño. **Revista EPTIC**, São Cristóvão, v. 22, n. 1, p. 97-105, jan./abr. 2020.

WILLIAM, Rodney. **Apropriação cultural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

WINSECK, Dwayne. **The Political Economies of Media – The transformation of the global media**. New York: Bloomsbury USA, 2011.

ZUBOFF, Soshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. *In*: BRUNO, Fernanda *et al.* **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-68.